



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



AVALIAÇÃO E GESTÃO: O PAPEL DO DIRETOR NO PROCESSO AVALIATIVO

ANDRÉIA TEIXEIRA DE ABREU CORBELLI

Belo Horizonte
2010

ANDRÉIA TEIXEIRA DE ABREU CORBELLI

**AVALIAÇÃO E GESTÃO: O PAPEL DO DIRETOR NO
PROCESSO AVALIATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional.

Orientação: Professora Wanderléa
Mendes Guedes

Belo Horizonte
2010

À minha família e principalmente ao meu esposo pelo apoio incondicional, aos meus filhos que compreenderam minha ausência neste momento importante de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus que nunca me abandonou dando-me forças nesta batalha.

Em especial aos meus filhos e esposo pelo apoio e compreensão.

Ao prefeito Vicente de Paula Germano pelo incentivo e colaboração.

A todos organizadores da Escola de Gestores da Educação Básica por esta oportunidade.

Aos meus professores e assistentes de turma pelos conhecimentos adquiridos e apoio durante toda esta caminhada.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas, em especial os de Coronel Fabriciano e a turma 04.

“Diagnosticar sempre é obrigatório, mas é apenas o ponto de partida para intervir, para que o nosso aprendiz construa os conhecimentos ainda não consolidados.”

(Morais, p.31-33)

RESUMO

AVALIAÇÃO E GESTÃO: O PAPEL DO DIRETOR NO PROCESSO AVALIATIVO

O presente estudo é parte de um problema real e atual das escolas brasileiras que pretende analisar a importância da avaliação dentro do processo ensino-aprendizagem, considerando-a uma valiosa ferramenta que auxilia no bom desempenho do trabalho do gestor e professor na medida em que orienta o planejamento escolar e contribui para definição de diretrizes que visem aprimorar os resultados dos alunos, transformando a prática avaliativa em prática de aprendizagem. A Avaliação do rendimento escolar configura no instrumento pelo qual a escola consegue diagnosticar se suas ações estão direcionadas para realização de seus objetivos, com subsídios críticos que implica coletivamente em tomadas de decisões para o futuro, cabendo ao gestor acompanhar democraticamente de perto todo o processo avaliativo da escola e os efeitos desse sobre as práticas educativas focando-se nas ações e buscando valorizar o processo gradual e contextualizado no quais os alunos associam significados aos conteúdos e construindo a partir daí o conhecimento. A avaliação deve ser vista com o objetivo o qual representa hoje, que é o processo de ensino numa perspectiva construtiva de conhecimento, quebrando paradigmas de autoritarismo, frustração, competição e contradições. E criticamente terá o objetivo de mudanças de postura metodológica e grandes discussões reflexivas a cerca do tema para melhor entendimento e compreensão nas tomadas de decisões de toda comunidade escolar, com um grande foco na gestão democrática das escolas públicas.

Palavras-chave: Avaliação – Aprendizagem – Gestão Democrática – Desafios.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 - INTRODUÇÃO..... | 07 |
| 2 - DESENVOLVIMENTO..... | 10 |
| AVALIAÇÃO E GESTÃO: O PAPEL DO DIRETOR NA AVALIAÇÃO | |
| 3- CONCLUSÃO..... | 18 |
| 4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 19 |
| 5- ANEXO A..... | 20 |

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a temática avaliação escolar nunca antes foi tão discutida e questionada como nos tempos atuais. Sendo esse um mecanismo que orienta e acompanha o processo educativo, torna-se inevitável a reflexão sobre a postura do gestor frente ao ato avaliativo, que visa à compreensão da dimensão e importância de seu envolvimento e comprometimento dentro do projeto de promoção da educação. São crescentes os estudos e debates na educação de forma geral, e criticamente na postura e trabalho do gestor, pois ele é considerado a peça-chave para a democratização do ensino em nosso País e na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), com caráter mediador, construindo um espaço coletivo onde o poder é compartilhado e as responsabilidades são grupais na aprendizagem e cidadania, pois o gestor é um gerente capaz de liderar um grupo, uma comunidade escolar participativa, harmoniosa, ciente do seu papel na obtenção das metas definidas.

Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

O PPP da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin” (EMVPF) ao ser construído pela comunidade escolar define as finalidades da educação e da escola, os meios pelos quais os objetivos serão alcançados, foi elaborado e discutido pelos diversos segmentos da comunidade escolar, por meio de reuniões e desenvolvimento de projetos que norteiam o processo de ensino-aprendizagem da mesma, atendendo as diretrizes educacionais vigente, numa perspectiva coletiva e direcionada a atender as expectativas que a comunidade escolar possui em relação ao papel que a escola exerce dentro da sociedade na qual está inserida. Sendo assim, se faz necessário uma constante avaliação do PPP para constatar se os objetivos propostos foram atingidos juntamente com o ensino-aprendizagem. Pois Avaliar é compreender a importância do processo ensino aprendizagem, reconhecendo-a como instrumento no processo educativo e ferramenta essencial

para o processo de gestão democrática da escola pública ao fornecer os dados necessários para a reflexão sobre tomadas de decisões da escola.

Neste sentido, a EMVPF procura adotar uma postura de avaliar constantemente, buscando orientar os alunos na superação das dificuldades e fazendo dos erros um passo para intervenção dos mesmos e sua sistematização rumo ao sucesso. O processo avaliativo ocorrerá de forma processual e contínua, dinâmica, participativa, diagnóstica e investigativa e formativa, respeitando as diferenças individuais de cada docente.

A escolha do tema avaliação e gestão partiram da importância de re-pensar os elementos utilizados nas avaliações e como utilizar as ferramentas para a construção do processo de gestão democrática da escola pública, pois quando bem interpretadas podem fornecer dados relevantes e necessários para reflexão sobre os rumos que a escola deve tomar. Verifica-se que a avaliação externa em especial em muitas das vezes tem sido motivo de frustração e competição para alunos e escolas, e que nem sempre contradizem com a realidade da escola, devido ao grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem existente na escola.

Para Luckesi “A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado”. Percebe-se que a sociedade não demonstra preocupação com o aprendizado e sim dados estatísticos, notas ou conceitos autos, mas avaliar não é meramente isso.

Será razoável colocar centenas de milhares de sujeitos em uma única escala (...), ignorando completamente a diversidade social, econômica, cultural e educacional dessa população e as distorções que influenciam a caracterização dos vários índices de desenvolvimento humano? Não seria razoável (...) construir normas diferenciadas por regiões, levando em conta a diversidade das características individuais? (VIANNA, 2003, p. 56-57).

Nessa perspectiva, a prioridade e intencionalidade consistem em mostrar que a avaliação é um instrumento educativo de grande importância e relevância que deve ser compreendido em seu caráter processual, contínuo e inclusivo e suas dimensões dentro do processo ensino-aprendizagem, ressaltando suas características e vicissitudes do ato avaliativo, tendo como objetivo redefinir a importância da avaliação numa perspectiva criativa e inovadora, tendo-a como parte integrante e preponderante do fazer pedagógico e educativo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória sobre o assunto, visando enfatizar a importância do

diretor no gerenciamento da aprendizagem através do redimensionamento do processo avaliativo.

Portanto, na perspectiva de levantar uma discussão a cerca da finalidade da avaliação e as possibilidades suscitadas pela gestão escolar, espera-se somar a tantas outras pesquisas existentes sobre a educação e seus desdobramentos.

2. DESENVOLVIMENTO

Avaliação e Gestão: O Papel do Diretor na Avaliação

1- Contextualizando a Avaliação e os Pressupostos legais do ato Avaliativo

O termo avaliar significa valorar, estimar o valor; apreciar ou estimar o merecimento de; determinar a valia ou o valor, o preço, o merecimento, estimar. Entretanto, aplicado à educação ou ao processo educativo, esse termo adquire significado mais complexo e dinâmico na medida em que se refere aos valores que no universo escolar determinarão as concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem. Isso quer dizer que o ato avaliativo, dentro de uma concepção educativa e formativa, dependerá dos valores empregados na forma de organização escolar, no projeto político pedagógico, nas concepções e convicções dos professores, no planejamento escolar e até na forma de atuação do gestor sob todo o processo administrativo e pedagógico da escola.

Constata-se que os valores que permeiam a organização escolar exercem influências diretas sobre a organização da sala de aula, o planejamento, a gestão do processo de ensino e a avaliação. Segundo Veiga (2003) a lógica de valores que recaem sobre a atual organização do trabalho pedagógico tem concebido o conhecimento como "algo pronto e acabado, uma verdade absoluta" e o ensino é resultado da memorização mecânica e avaliado de forma vazia, quantitativa, reprodutiva e até segregacionista.

Segundo preconiza a autora

Se a aprendizagem é vista como resultado do processo de ensino, conseqüentemente, a avaliação é parte integrante desse processo. A vinculação da avaliação com a atual organização do trabalho pedagógico significa concebê-la como um dos elementos constitutivos do processo de ensino fundamentado na lógica do controle técnico e da fragmentação. Nesse sentido, ela é um poderoso instrumento nas mãos do professor para selecionar, rotular, classificar e controlar. (Veiga, 2003, p. 152)

Tal constatação pressupõe entender que também a avaliação é resultante de uma concepção pedagógica antiga, porém tradicionalmente dominante. Além disso, as experiências vivenciadas em sala de aula revelam que essas concepções e valores empregados no ato avaliativo impõem o autoritarismo e distancia a prática

avaliativa de sua função diagnóstica o que sua vez, acaba por reproduzir as exclusões sociais na medida em que perpetua as estruturas hierárquicas dominantes.

Os alunos com problemas de comportamento, ou com dificuldades de aprendizagem, tenderão assim a ser excluídos de algumas escolas porque podem afectar a imagem social destas organizações ou, ainda, porque podem sobrecarregar os recursos humanos e materiais disponíveis. (...) Entre outros efeitos, o processo de competição, promovido pela possibilidade prática de realizar escolhas educacionais, tenderá a concentrar em algumas escolas, altamente selectivas, os alunos percebidos como os melhores (AFONSO, 2002, p. 90-91).

No Brasil, a Constituição Federal garante a igualdade de condições de acesso a todos na escola pública, no entanto há uma perspectiva equivocada de competição entre escolas e as escolas não possam, por princípio constitucional, seleccionar os alunos no ingresso, verifica-se que infelizmente ainda perduram no nosso sistema escolar formas de selecção, e superar definitivamente práticas autoritárias no âmbito da avaliação escolar implica submeter à discussão da avaliação seja da aprendizagem, seja do sistema de ensino, a uma concepção formativa, em que a avaliação é instrumento de tomada de decisão para intervenção no processo e não motivo de competição e exclusão social.

De acordo com Luckesi, "a avaliação fundada no modelo liberal conservador está a serviço de uma pedagogia que nada mais é que uma concepção teórica da educação que, por sua vez, traduz uma concepção teórica da sociedade" (2002, p. 28).

Diante de tal contexto, elucidam-se a necessidade de se construir novas concepções sobre as formas de organização escolar a fim que se estabeleçam novas relações dentro do processo educativo capazes de reverter à situação atual dos modelos escolares, promovendo o ensino de qualidade e buscando sempre o desenvolvimento motor, cognitivo, objetivo e social do educando. Nessa perspectiva, o ato de ensinar e aprender consistirá em adquirir comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais, e o ato de avaliar em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa propagação, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Assim, a avaliação deixa de ser classificatória para se transformar em diagnóstica, assumindo um carácter

orientador, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

Em linhas gerais, a avaliação diagnóstica é tida como um instrumento investigativo da aprendizagem para redimensionar o processo educativo, visando garantir a qualidade de ensino. Por esse caminho, o ato avaliativo torna-se uma importante fonte de informação para que novas práticas pedagógicas se concretizem atendendo às demandas de cada contexto escolar.

Luckesi (2002) nos faz perceber que para que a avaliação assuma seu verdadeiro papel diagnóstico é necessário que haja um pleno entendimento sobre a atividade avaliativa, ou seja, é preciso explicitar o que se entende por avaliação. Nesse caso, todos os profissionais, envolvidos no projeto da escola, precisam apropriar das novas concepções sobre a avaliação, para em seguida estabelecerem junto ações que transformem o ato avaliativo dentro da escola, pois nossa vida está em constante processo de avaliação. Sem dúvida a avaliação assume um papel de destaque dentro do processo educativo, haja vista seu caráter informativo e formativo. Informativo, pois é ela que fornece dado que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino. Formativo, pois atua de forma determinante no fazer do docente na medida em que direciona a prática educativa ou ainda, redimensiona os métodos e o planejamento. Isso quer dizer que ao avaliar o desenvolvimento e a aprendizagem dos seus alunos, o professor poderá obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse caso a avaliação assume a função de retro alimentação ou feedback, porque fornece ao professor dados para que ele possa repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la a fim que seus alunos obtenham melhores resultados na aprendizagem.

Percebe-se que avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, é importante que a equipe gestora e pedagógica acompanhe de perto esse processo de diagnóstico e proponha ações conjuntas para que o efeito seja mais abrangente e o professor sinta-se seguro e amparado pela escola. Além disso, todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e comunidade) precisam-se envolver nos processos de decisões que estabelecem os métodos avaliativos a serem aplicados na escola, para que os resultados sejam alcançados sob a égide da participação e tendo o aparato de todos. Caso contrário, a mudança não se efetiva e nova proposta

para a educação como um todo não se concretiza, e por fim, a avaliação permanecerá como uma prática classificatória e excludente.

A avaliação não pode, pois, se circunscrever à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, e sim, voltar-se também para o ensino e para as práticas de sala de aula; para a escola e para a forma de organização do trabalho pedagógico. Para isso, deve envolver todos os agentes escolares; alunos, professores, equipe escolar e pais de alunos. (André & Passos, 2001, p. 179).

Embora muitas instituições estejam vivenciando experiências mais transformadoras e procurem implantar em seus projetos políticos pedagógicos propostas mais condizentes com a demanda do ato de avaliar, pode-se dizer que ainda são tímidas as mudanças promovidas, pois inúmeras escolas contam como o despreparo de professores e gestores, na definição sobre os critérios a serem avaliados e as formas de avaliação onde atua a diversidade de opiniões, há ainda as limitações do sistema de ensino e das políticas educacionais que insistem em permanecer com práticas conservadoras e tradicionais de avaliar o processo educativo.

Dentro dos pressupostos legais, citam-se os princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases n.9.394/96 (MEC), onde a proposta vinculada ao ato de "avaliar" estabelece que a verificação do rendimento escolar deva está associada à "avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais" (Art.24, V). Em linhas gerais, essa determinação legal tem como pretensão estabelecer critérios de organização do ato avaliativo que eliminem o fracasso escolar, através do reforço escolar que se só será possível ser concretizado a partir de um diagnostico do nível de conhecimento, assimilação e aprendizagem que o aluno adquiriu ao longo dos anos escolares. Em suma, a lei ressaltar a importância da avaliação no processo de formulação, e reformulação (quando necessário) das práticas educativas que visam atender as necessidades do aluno e alcançar o sucesso na aprendizagem. Além disso, a LDB prima por um tipo de avaliação denominada pelos teóricos de avaliação formativa, que segundo nos lembra Pellegrini (2003), não visa classificar ou selecionar, mas contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e, logo, favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, é importante que a escola esteja amparada por uma legislação que garanta o seu direito de flexibilidade tanto da organização escolar quanto da construção de todas as suas propostas pedagógicas.

Considerando, que o objetivo maior da escola é zelar pela aprendizagem do aluno, nada mais viável do que a própria instituição, dentro das suas particularidades, definir sua forma de avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Não se esquecendo, porém, que a avaliação para atingir seu objetivo, deverá ser constante nas ações da escola. Isso quer dizer, que todo o processo educativo começa e termina com a avaliação, o que permite refletir sobre as ações coletivas e particularizadas de todos os segmentos. E nesse sentido, também a LDB é bem clara, ao preconizar que é de suma importância o comprometimento dos profissionais no estabelecimento estratégias de avaliação que resultam em práticas educativas mais propensas ao sucesso na aprendizagem.

Concomitante aos pressupostos legais, pode-se dizer que outros princípios devem ser contemplados no ato avaliativo: uma continuidade precisa, segura, constante, ampla e compatível com os objetivos propostos a que se deseja alcançar, pois as avaliações da aprendizagem e institucional são muito importantes para a gestão democrática da escola pública, em especial porque nos permitem construir um diagnóstico da realidade educacional/escolar e, com isto, sustentar um processo mais qualificado de tomada de decisões e de planejamento das nossas ações. E assim como toda a ação da escola é intencional, a avaliação do desempenho escolar tem como meta aprimorar o conhecimento de todos sobre o aprendizado do aluno. Pode-se dizer, então, que a avaliação está a serviço da aprendizagem na medida em que ela contribui para as melhorias das práticas educativas e por conseqüência, na melhoria das propostas pedagógicas.

Por se tratar de uma ação que provoca reflexões em todas as suas etapas, a avaliação é um dos elementos constituintes de maior importância do Projeto Político Pedagógico. Esse último consiste na organização do trabalho pedagógico, ou seja, ele é a sistematização de um conjunto de propostas que visam a definir claramente as ações educativas a partir de um planejamento, de uma gestão e uma avaliação participativa.

Conforme ressalta Veiga (2001),

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influencia e que poder ser por ela influenciado. (Veiga, 2001, p. 12)

Portanto, é relevante o cumprimento das exigências legais, considerando as possibilidades de flexibilidade de cada escola. Além disso, os parâmetros de avaliação, assim como os critérios a serem avaliados precisam ser planejados de acordo com a necessidade de cada escola mediante as demandas e dificuldades de cada aluno e ainda, em consonância com as competências e habilidades dos professores e dos aprendizes. A avaliação, portanto, não deve se esgotar no diagnóstico dos problemas, dos acertos e das falhas, mas ir muito além, preocupando-se fundamentalmente com as ações a serem tomadas em função do diagnóstico feito, afinal os erros são reflexos da construção do conhecimento e revela o nível de estruturação no qual a criança está operando. A avaliação é necessária para não se perder os parâmetros de aprendizagem nem os objetivos do ensino.

2- A INTERVENÇÃO DO GESTOR NO PROCESSO AVALIATIVO

Diante das considerações feitas anteriormente, percebe-se que a avaliação é, sem dúvida, um importante instrumento a serviço da qualidade do ensino, o que por sua vez, determina os rumos da aprendizagem do aluno, principal objetivo da escola. A experiência da avaliação, oriunda de um processo de discussão e planejamento coletivo e partilhado, revela os avanços e retrocessos da proposta pedagógica, assim como lança luzes sobre as ações educativas que tiveram êxito e as que não foram tão felizes ao serem aplicadas, ou seja, a avaliação veicula informações sobre o fazer pedagógico da escola e, portanto, contribui de diversas maneiras para a organização e reorganização escolar.

Nesse sentido, a avaliação pode ser considerada uma ferramenta da gestão escolar, pois permite que a escola refute sobre suas concepções pedagógicas através do diagnóstico das dificuldades apresentadas pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem, e consciente de suas limitações estabeleça metas de superação. Ao informar a escola sobre o desempenho dos alunos, a avaliação formativa também cria condições para que o gestor repense a questão da capacitação dos professores, a transferência dos métodos de ensino, as possibilidades de centrar esforços nas práticas de ensino, ressaltando posteriormente a necessidade de reforço escolar, ou até mesmo de

acompanhamento especializado para as crianças que ainda demonstrarem maiores dificuldades em aprender.

Tornar a avaliação um processo interno à escola como instituição, incorporar a cultura democrática à avaliação coletiva sobre os rumos que esta instituição deve seguir não é apenas definir o que e como avaliar, mas implica decidir por que avaliar determinados aspectos em detrimento de outros, isto se refere a uma concepção de escola e de sociedade e implica decidir que medidas, que ações desenvolverem a partir do conhecimento dos resultados: “indicadores não substituem nem as idéias educacionais nem as decisões sobre que políticas devem ser implantadas” (DARLING_HAMMOND e ASCHER, 1991, p.31). Eles são mais uma bússola que pode indicar que caminhos seguir, mas é o sujeito que interpreta a bússola e decide que caminho seguir. A avaliação é parte do processo de gestão democrática da escola, permitindo o controle social e ampliando a qualidade do ensino. É importante destacar ainda, que a avaliação mostra os pontos frágeis tanto do ensino ministrado quanto da escola, auxilia na identificação dos professores que estão precisando de atualização profissional, e por fim, subsidia a definição de propostas que a escola precisa seguir para alcançar os objetivos do seu projeto pedagógico. Dessa forma, a avaliação torna-se ainda mais complexa e transforma-se numa tarefa tanto pedagógica quanto administrativa. Consciente de que a ação avaliativa precisa ser contínua e assim, fazer parte do cotidiano escolar, caberá ao gestor direcionar as ações a serem executadas durante todo o processo da avaliação, o que pressupõe um planejamento dinâmico, flexível e principalmente, participativo.

Nesse caso, cabe ao diretor criar espaços para as reflexões que suscitem estratégias de avaliação e elucidam as necessidades e anseios dos diferentes segmentos da escola. No que se refere à figura do professor, sabe-se que esse deve conhecer seus alunos identificando com clareza as dificuldades e os avanços de cada um, portanto, o gestor precisa aproximar desse profissional mantendo um diálogo constante, percebendo as demandas dos alunos. Estabelecer uma parceria com o coordenador pedagógico também é importante, pois é ele que supervisiona a implementação do projeto pedagógico da escola cuja responsabilidade é do gestor. Assim, professores e coordenadores são aliados do diretor que se propõe a construir uma escola de qualidade, com processos de aprendizagem e de avaliação da aprendizagem condizente com a proposta maior da educação: formar cidadão consciente. Além de tudo isso, caberá ainda à escola, na figura do bom

gestor, mobilizar os alunos e sua família na busca por bons resultados, prestando contas de suas ações e envolvendo os pais e os alunos no trabalho educativo e na gestão democrática. Com certeza, nesse emaranhado de relações que se entrelaçam e nas decisões compartilhadas tanto sobre o processo avaliativo quanto sobre a forma de organização escolar, todos ganham na medida em que dividem as responsabilidades e partilham os sucessos.

3. CONCLUSÃO

O processo de avaliação escolar tem como objetivo observar o aluno, informando ao professor o estágio de desenvolvimento em que ele se encontra, diagnosticando as possíveis dificuldades e orientando os próximos passos do processo. Dessa forma, a avaliação perde o caráter classificatório, pois já não é ministrada no sentido quantitativo, mas sim exerce uma função informativa e qualitativa sobre o trabalho didático do professor, propiciando, por sua vez, ao educando novas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Além disso, a avaliação permite verificar se a escola está cumprindo sua função social que consiste em formar cidadãos conscientes, bem informados, críticos e preparados para viverem em uma sociedade ética e mais justa.

Avaliar é uma tarefa essencialmente pedagógica, e todos os envolvidos no processo educativo precisam se apropriar desse instrumento de formação e informação. E nesse contexto, o papel do diretor é determinante, haja vista que ele é o principal responsável pela concretização de um projeto político pedagógico que conduz a escola e os alunos à aprendizagem, onde se deve considerar o que a mesma realmente pretende, qual o seu papel na vida da comunidade escolar.

Entre os inúmeros caminhos trilhados pelos gestores rumos ao sucesso do aluno, está o da avaliação como sendo uma possibilidade de superação das dificuldades em busca da educação de qualidade. Diante disso, a EMVPF assume o compromisso e o desafio de democraticamente inserir efetivamente a sociedade dentro da escola, dividindo as responsabilidades de avaliar constantemente os trabalhos e a aprendizagem dos alunos rumo a uma educação igualitária, onde haja justiça social e equidade com qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M.E.D.A. & PASSOS, L. F. **Avaliação Escolar: Desafios e Perspectivas**. In: De Castro, A.D. & Carvalho, A.M.P. (orgs.) *Ensinar a Ensinar*. Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Thomson Learning, 2001.

EDUCAÇÃO, Ministério. **Currículo e Avaliação**. Brasília 2008.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Avaliação da Educação Básica e Ação Normativa Federal**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em18/10/2010.

Luckesi, C. Cipriano, **Avaliação da Aprendizagem Escolar**, 13ª edição. São Paulo. Cortez. 2002, 180p.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Avaliação: o processo e o produto**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*. Brasília: MEC/SEB. 2004, p.38-40. RABELO. Edmar Henrique. *Avaliação: novos tempos, novas práticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3ª. ed.1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) - **Avaliação de sistema: A superação da competição / comparação e a sua utilização para diagnóstico e tomada de decisão**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em15/10/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) - **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em16/10/2010.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em16/10/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) - **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: A síntese necessária**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em17/10/2010.

SOUSA, Sandra Zákia Lian &. OLIVEIRA Romualdo Portela, **Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil**. Disponível em:<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.Acesso> em18/10/2010.

VEIGA, lima P.A. **Ensino e Avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico**. In: VEIGA, lima P.(org.). *Didática: o ensino e suas relações*. 7ª. ed. Campinas: Papirus Editora, 2003.

VEIGA, lima Passos Alencastro. **Perspectiva para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico**. IN: VEIGA, lima Passos; RESENDE, Lúcia Maria (Orgs). *Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico*. 23ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.(Cap.1,p.9-32).

ESCOLA MUNICIPAL “VEREADOR PAULO FRANKLIN”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ANDRÉIA TEIXEIRA DE ABREU CORBELLI

Belo Horizonte, 2010

ESCOLA MUNICIPAL “VEREADOR PAULO FRANKLIN”.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso de Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG- sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin”, sobre Orientação da Professora tutora Wanderléa Mendes Guedes.

Belo Horizonte, 2010

“Aprender com os outros educadores as artes do mesmo ofício, no trabalho de cada um, partilhado, recupera-se a infância e o sentido do ofício de ser mestre.”

Miguel Arroyo

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------------------------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 24 |
| 2 FINALIDADES DA ESCOLA | 26 |
| 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 27 |
| 3.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA..... | 27 |
| 3.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA..... | 28 |
| 4 CURRÍCULO | 30 |
| 5 TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR | 32 |
| 6 PROCESSO DE DECISÃO..... | 34 |
| 6.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA | 34 |
| 6.2 CONSELHO ESCOLAR..... | 35 |
| 6.3 CAIXA ESCOLAR..... | 35 |
| 6.4 CONSELHO DE CLASSE..... | 36 |
| 7 RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 39 |
| 7.1 ORGANOGRAMA DA ESCOLA | 39 |
| 8 AVALIAÇÃO | 41 |
| 9 CONCLUSÃO..... | 46 |
| 10 REFERÊNCIAS..... | 47 |
| ANEXOS | 51 |
| ANEXO A – Calendário Escolar do Ensino Fundamental 2010.... | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO B – Calendário Escolar EJA 2010 1º Segmento | Erro! Indicador não definido.2 |
| ANEXO C – Calendário Escolar EJA 2010 2º Segmento | Erro! Indicador não definido. |
| ANEXO D - Relação de servidores da Escola Municipal Vereador Paulo Franklin... | 36 |

1- INTRODUÇÃO

A presente Proposta Pedagógica da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin”, resulta de vários estudos feitos sobre a escola que se tem e a escola que se deseja ter.

Em vista disso, a elaboração dessa Proposta, contou com a participação efetiva de toda comunidade escolar, em diversos momentos e de várias formas. Esse envolvimento não se resume à elaboração, pois tal instrumento é dinâmico, flexível, não estando, portanto, pronto e acabado.

A Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin,” situa-se à Rua Bolívia, 509, no bairro Santa Cruz, telefone (31) 3846-7728, e-mail empaulofranklin@hotmail.com, em Coronel Fabriciano, Minas Gerais, e tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano. Foi criada através da Lei Municipal nº. 06/49 de 04 de junho de 1949, com autorização de funcionamento da Portaria SED/SEE nº 19/79 de 11 de setembro de 1979, tendo como atuais gestoras: Neuza Tomaz Peres e Sandra Helena Arantes de Faria Linhares Messina.

Em 2006, nos termos do artigo 28 da Resolução da Secretaria Municipal de Educação nº 005 de 04 de dezembro de 2006, dos artigos da deliberação 001/07 do Conselho Municipal de Educação e do artigo 2º e 3º da Resolução 006 de 04 de dezembro de 2006, ficou autorizada a extensão dos anos finais do Ensino Fundamental 2º e 3º ciclos da Pré-Adolescência e Ciclo da Adolescência.

Atualmente, a escola oferece a Educação Básica, do 4º ao 9º ano, integrante do Ensino Fundamental, sob o Ciclo de Formação Humana, Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1º e 2º segmentos, Educação Integral com o Projeto Mais Educação para alunos do 5º e 6º anos, Educação Especial - Surdos e Mudos.

Hoje a escola atende 909 alunos no ensino regular, sendo 319 alunos na Educação Integral, com 15 docentes nos anos iniciais, 27 docentes nos anos finais, 04 coordenadores pedagógicos, 02 especialistas (01 Pedagoga e 01 fonoaudióloga), 01 secretária, 09 assistentes educacionais técnico-administrativos e 17 auxiliares de serviços educacionais. A escola, ainda conta com serviço de 02 vigilantes noturnos.

2 - FINALIDADES DA ESCOLA

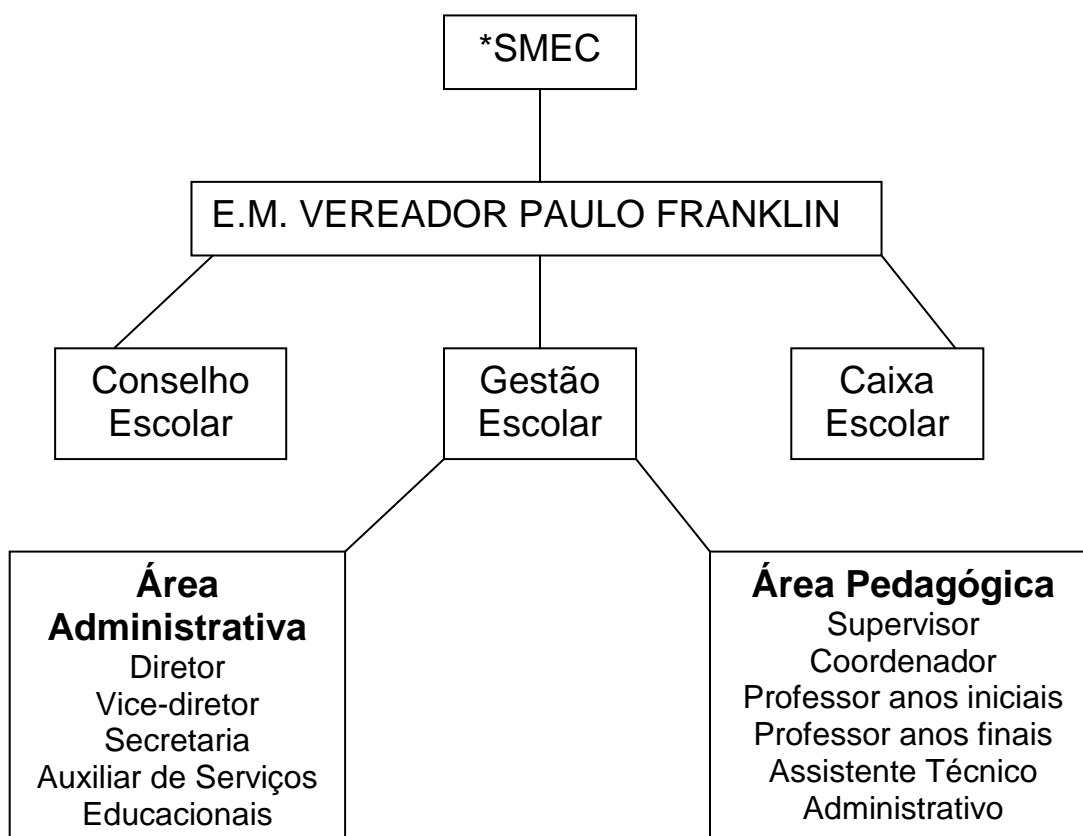
Considerando a necessidade de oferecer um ensino de qualidade a Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin”, realiza um trabalho procurando educar para uma vida melhor, com compromisso ético, na construção da cidadania e da paz.

Com esse objetivo procura: oferecer ao aluno, um ensino em tempo integral de qualidade que priorize o desenvolvimento das habilidades, competências e valores, otimizando o aproveitamento das necessidades básicas e educacionais para a formação da criança em sua totalidade; possibilitar através do exercício coletivo, o desencadear de uma reflexão e ação compartilhada, tendo em vista ajudar a estabelecer as prioridades e objetivos da Educação em Tempo Integral de forma sistematizada e coerente; elevar a qualidade do atendimento aos alunos, através do gerenciamento eficaz das dimensões didático-pedagógica, administrativa, física, financeira e comunitária; garantir a implementação de uma educação inovadora, voltada para o desenvolvimento integral da pessoa, tendo como princípio uma educação capaz de contribuir para que cada aluno descubra o seu potencial dentro de suas possibilidades e limitações.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Situaremos a estrutura organizacional da Escola em dois tipos: Administrativa e Pedagógica.



*SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

3.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Escola oferece o Ensino Fundamental do 4^o ao 9^o anos, organizado em 02 ciclos de formação Humana e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Funciona em um prédio com 15 salas de aula, sala da direção, sala dos professores, sala de coordenação, laboratórios de informática com 10 computadores conectados

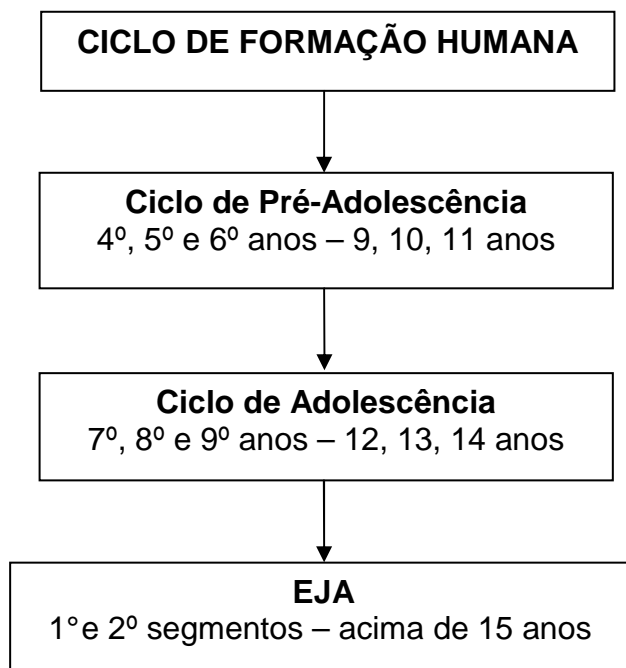
à internet, laboratório de mesa alfabeto com 05 mesas para atendimento aos alunos do 4º e 5º anos, no ensino regular, biblioteca, secretaria, cantina e despensa, refeitório, quadra coberta, consultório odontológico, almoxarifado, (depósito de material escolar e de limpeza), banheiros masculinos e femininos para os professores, banheiros masculinos e femininos para os alunos, sala de mecanografia e escovódromo.

Os recursos financeiros administrados pela Escola com o acompanhamento do Conselho Escolar e da Caixa Escolar são advindos do FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação), através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

3.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A escola adota uma política de melhoria da qualidade do ensino onde o desenvolvimento e a capacitação se faz verdadeiramente na sala de aula, na relação aluno/conteúdo sob a mediação do professor, ancorada numa base consistente de conhecimento, na escolha e no manejo de métodos e processos adequados às peculiaridades dos alunos, favorecendo um clima prazeroso de aprendizagem, de troca de experiências, de ajuda mútua e de auto-realização para alunos e professores. Daí desejar oferecer um conhecimento baseado nos seguintes critérios: significativos, filosóficos, criativo e duradouro.

Adotando esses critérios, a escola organiza-se em ciclos de Formação Humana, apresentando a seguinte estrutura:



Além do currículo regular, 319 alunos do 5º e 6º anos, são atendidos no contra turno, na Educação Integral, utilizando as dependências do Projeto Curumim, através do Projeto Mais Educação, com as seguintes oficinas: linguagem e matemática, atividades artísticas, esportivas e motoras.

4 - CURRÍCULO

Os currículos são trabalhados por área, onde os conteúdos básicos são elaborados detalhadamente, possibilitando ao professor incorporar novas metodologias à sua prática de sala de aula, despertando nos alunos o gosto pelo estudo e conduzindo-os a uma aprendizagem realmente efetiva.

Os materiais de referência para o professor são auto-instrucionais, um para cada área de currículo, numa linguagem clara e objetiva, apresentados em Planejamentos e distribuídos por etapas.

Pretende-se promover a equidade educacional, definindo-se os conteúdos básicos indispensáveis à formação de todos e quaisquer alunos, independentemente de seu nível sócio-econômico, credo religioso ou político e raça.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A escola viu a necessidade de incrementar o seu currículo visando inserir os educandos num processo globalizado. Para isso ela adota uma política educacional desenvolvendo temáticas importantes para a efetiva construção do saber e sua aplicabilidade no cotidiano, através de projetos tais como: Programa Ambiental (Agenda 21, Semeando); Educação para o Trânsito; Cultura Afro-Brasileira; Projeto Leitura e Escrita e Proerd.

Para lutar contra a distorção ano/idade, desenvolvem-se projetos de intervenção, buscando sanar as dificuldades cognitivas apresentadas por alguns alunos. Para isso, utiliza-se das metodologias: CLE (Construção de Linguagens Essenciais) para o 4º ano, Pra ler para o 4º ano, Alfa e Beto para os 5º, 6º e 9º anos.

Visando propiciar situações de aprendizagem que possam servir para a vida do aluno, os conteúdos foram pensados como um meio para desenvolver competências/habilidades. Para tal, o conhecimento será trabalhado de forma interdisciplinar, contextualizado, privilegiando a construção de conceitos.

Nesse sentido, o currículo é um conjunto de práticas pedagógicas da escola para a formação plena dos educando; compreende as formas de organização do conhecimento e as lógicas que o definem e os espaços e tempos escolares, organização dos trabalhos docentes e discentes. A organização da educação tinha como referência a complexidade do conhecimento e, portanto, a estrutura seguia o padrão de séries, níveis e graus.

5 - TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

O objetivo essencial do planejamento é racionalizar os esforços, o tempo e os recursos visando atingir fins essenciais do processo educacional.

A organização e realização do planejamento geral como parte fundamental do Projeto Político Pedagógico, dá-se pela sua objetividade em despertar e fortalecer o processo de construção do conhecimento como possibilidade de ser um instrumento de formação da realidade capaz de resgatar a intencionalidade da ação, possibilitando a (re) significação do trabalho, o resgate do sentido da ação educativa, conferindo-lhe coerência teórica/pedagógica/prática.

Faz-se o planejamento anual, mas o mesmo é reavaliado e reorganizado a cada início de etapa, com o objetivo de verificar o desenvolvimento de habilidades e competências dos educandos.

A enturmação dos alunos obedece à idade nível e nível de desempenho, podendo ainda ser feita a classificação e reclassificação, no ato da matrícula. Tal procedimento é realizado por uma comissão formada por professores, Equipe Pedagógica e Gestora.

A jornada escolar no Ensino Fundamental é de 60 min. módulo/aula, perfazendo um total de 4 horas diárias. Nesse período, o educando é atendido pelos projetos anteriormente citados, dando ênfase nos aspectos cognitivos e sócio-afetivos.

Para o acompanhamento dessas atividades os professores usam os horários de coordenação por área e dias escolares, previstos no calendário escolar.

A Escola de Tempo Integral organiza as atividades por meio de oficinas, compreendidas com espaços-tempos para a vivência, a reflexão e o

aprendizado coletivo e para a organização de novos saberes e práticas relacionadas aos direitos humanos, buscando o desenvolvimento do homem holístico.

Com esse objetivo, a Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin” oferece oficinas voltadas para o despertar das diversas habilidades e competências que o educando possui tais como: linguagem corporal, equilíbrio, valorização do trabalho coletivo, coordenação motora, cumprimento de regras pré estabelecidas, atendimento às dificuldades de aprendizagem, conscientização ecológica, conhecimento musical.

Essas habilidades são atendidas pelas seguintes oficinas: dança, esporte, artesanato, recreação, letramento (Língua Portuguesa e Matemática), horta e percussão.

Para participar das oficinas, os educandos se deslocam da Escola de origem para o local das mesmas, por meio de ônibus escolares cedidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola cumpre o calendário organizado conforme a legislação vigente e assegura a manutenção do espaço escolar, de modo que ela se torne um ambiente acolhedor, prazeroso e estimulante ao desenvolvimento do aluno. A organização do tempo no processo educativo acontece de forma a promover a sua apropriação pelos educandos e comunidade, garantindo o compartilhamento de responsabilidades, na regulamentação de seu uso, assegurando a conservação e preservação do patrimônio público.

6 - PROCESSO DE DECISÃO

Em 1998, movida por inúmeros acontecimentos que propeliram a participação popular, a Constituição Federal estabeleceu como um dos princípios do ensino público brasileiro, em todos os níveis, a Gestão Democrática.

Realizaram-se duas pesquisas e os dados obtidos foram sistematizados a partir de cinco categorias: mecanismos de provimento de diretores, constituição e funcionamento de colegiados, participação, descentralização e autonomia.

Os instrumentos de gestão terão força e sentido se realizados coletivamente, tendo sempre como perspectiva um cotidiano pedagógico voltado para a qualidade de sua ação educativa.

6.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A direção da Escola é exercida por um educador qualificado, devidamente habilitado, escolhido pela comunidade, em eleição direta, auxiliado pelo vice-diretor e por um Conselho Escolar, com membros eleitos através de voto direto.

O grande papel da direção será sempre o de articulador e de coordenador do processo, ou seja, pensar com..., decidir com..., avaliar com... À direção caberá sempre dividir responsabilidades, delegar competências, monitorar processos e resultados, animar crenças e convicções, estimular a permanente atualização dos professores, especialistas e servidores e valorizar as pessoas.

O entendimento de pertencer a um grupo e por ele sentir-se responsável nasce do processo de tomada de decisões relativas à vida do grupo. Portanto, democratizar as decisões sobre o que planejar e propor para a escola é, além

de oportuno, inteligente. Tal sabedoria se traduz, acima de tudo, no fazer prevalecer o interesse coletivo sobre o individual.

Estar à frente de uma escola não é fácil. O trabalho é árduo e muitos são os desafios do dia a dia. É necessário esforço para gerenciar os conflitos, o tempo, garantir a participação de todos efetivamente na construção e/ou na reconstrução da escola em todos os aspectos (físicos, materiais, relações pessoais e interpessoais). Deve-se ter cautela ao colocar os problemas no mapeamento das situações. Precisa-se usar o diálogo dando voz e vez para todos.

O desenvolvimento competente das aprendizagens planejadas, que constitui a essência da função social da escola, será o norte de toda a comunidade escolar e o elo de união do esforço de todos.

6.2 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar tem funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais, e é composto por: diretor, vice-diretor, representante de todos os segmentos da escola, representantes de pais e alunos acima de 14 (quatorze) anos, escolhidos em eleição direta.

As reuniões serão mensais ou se necessário em caráter extraordinário. O Conselho Escolar é distinto da Caixa Escolar e guiado por estatuto próprio.

6.3 CAIXA ESCOLAR

A constituição e organização da Caixa Escolar encontram-se expressas em Estatuto Próprio. A Caixa Escolar viabiliza a utilização dos recursos financeiros, observando os instrumentos legais vigentes. A diretoria submete suas prioridades à apreciação e aprovação do Conselho Escolar e Caixa Escolar: a diretoria da Caixa Escolar define as prioridades em parceria com o Conselho Escolar; aplica os recursos de acordo com o plano aprovado e observação das instruções; compõe o processo de prestação de contas; submete o processo de prestação de contas à análise do Conselho Fiscal; encaminha a prestação de contas ao setor Financeiro da Prefeitura Municipal.

6.4 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, órgão coordenador e avaliador da ação educacional, visa o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem e à uma caracterização mais correta do aluno. O Conselho de Classe tem por objetivo: informar sobre a posição de cada aluno como pessoa única e diferenciada no contexto de suas respectivas classes; avaliar o aluno integralmente; avaliar permanentemente, o processo educativo, visando atingir os objetivos da educação; estabelecer critérios para o trabalho de avaliação e recuperação; analisar, especificamente, as causas de baixo rendimento do aluno e da classe considerando-se fatores ambientais, familiares e pedagógicos; sensibilizar o professor para a importância da auto-avaliação contínua do seu trabalho, com vistas ao replanejamento e ao seu aperfeiçoamento profissional; colaborar para a compatibilização dos objetivos referentes aos diversos componentes curriculares, especialmente daqueles que compõe a mesma área; desenvolver o hábito de pesquisar e analisar os problemas e dificuldades dos alunos e professores; discutir medidas a serem tomadas para a solução de problemas; elaborar plano de ação para por em prática as decisões tomadas; divulgar e aproveitar as experiências pedagógicas realizadas com sucesso.

O Conselho de Classe se fundamenta, basicamente, no estudo e análise do desempenho do aluno e dos professores, detectados durante o processo de ensino aprendizagem.

Todos do Conselho de Classe estarão vinculados a uma coordenação geral e terá a seguinte composição: diretor e vice-diretor, coordenador pedagógico, pedagogo e professores.

As reuniões do Conselho de Classe previstas no calendário escolar são 04 (quatro) reuniões, no mínimo, ao longo do ano letivo que entre outras atividades deverá realizar a avaliação de desempenho do aluno da seguinte forma: para as turmas de um mesmo ano de escolaridade, em cada turno, deve ser constituído um Conselho de Classe.

A reunião do Conselho de Classe ao final do ano letivo tem por objetivo avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas ao longo do ano.

O Conselho de Classe, de acordo com o desempenho do aluno, deverá decidir e recomendar currículos diversificados, que serão oferecidos a partir do 4º ano de escolaridade do ciclo da Pré-Adolescência. Entende-se por currículo diversificado, currículo por ano de escolaridade dos ciclos de formação básica com destaque em um ou mais conteúdos mediante acréscimo de carga horária e mediante projetos específicos, com ênfase nas seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências. É necessário: elaborar currículos diversificados à vista dos interesses e necessidades dos alunos; indicar o currículo que melhor se adequa às necessidades e interesses de cada aluno; recomendar projetos de ensino e orientações quanto ao planejamento de trabalho para o ano seguinte; realizar a enturmação dos alunos para o ano letivo seguinte, baseando-se no conhecimento e na idade.

A reunião do Conselho de Classe ao fim de cada ciclo tem por objetivo, além da avaliação de desempenho do aluno, identificar suas necessidades

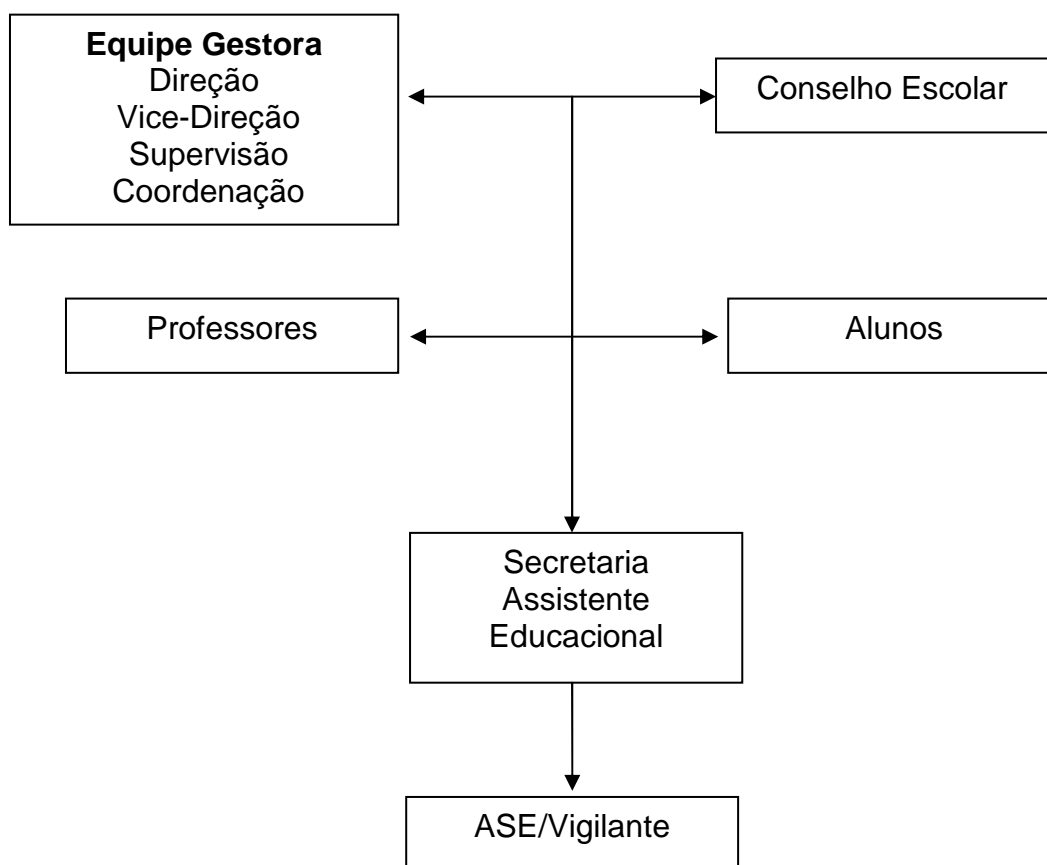
específicas e encaminhá-lo para realizar estudos complementares ou cursar o currículo que melhor lhe convier conforme o caso.

Cabe à direção da escola assegurar ao Conselho de Classe as condições mínimas para o seu funcionamento e definir os horários de realização das reuniões de modo a permitir que todos os seus membros efetivos participem, em especial, o professor, indispensável no processo de avaliação coletiva do aluno e do trabalho pedagógico da escola.

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

A convivência deve estar baseada na ética e no respeito mútuo. Deve-se eleger o diálogo como forma de resolver os conflitos. O regime disciplinar aplicado ao pessoal docente, administrativo e discente, terá por finalidade aprimorar o ensino ministrado à formação do educando, o bom funcionamento dos trabalhos escolares, o entrosamento de vários serviços, conforme determinações do Regimento Escolar.

7.1 ORGANOGRAMA DA ESCOLA



Na organização didático-pedagógica faz-se segundo as diretrizes e normas emanadas pela Legislação Federal e Municipal.

Na organização do tempo escolar, o calendário deverá ser elaborado pelos docentes, juntamente com todos os demais segmentos escolares e será apreciado, analisado e aprovado pelo NOE (Núcleo de Orientação Escolar), o mesmo devendo ocorrer com a Grade Curricular.

A escola atende a disciplina como forma de organização da vida escolar, não como meio de controle do comportamento. Sendo o ser dinâmico mutável, os princípios não serão definitivos e permanentes, devendo ser avaliados constantemente para que reflitam a realidade da escola. Caberá ao Conselho de Classe articular, avaliar e deliberar sobre os mesmos. No processo pedagógico, nenhum princípio poderá ser estabelecido sem levar em consideração a legislação vigente.

A escola e a família têm o dever de construir uma relação de parceria, respeitando e estabelecendo os papéis que competem a cada uma, buscando uma participação comprometida de todos os segmentos.

Para a escolha de turmas do corpo docente referente ao ano vigente, decidiu-se em ação, no coletivo, os seguintes critérios: tempo na escola (na função), havendo empate, tempo na rede Municipal; experiência no ano do ciclo pleiteado.

8 - AVALIAÇÃO

Avaliar é um processo contínuo, realizando-se durante o decorrer do Ensino Aprendizagem e exige do professor, um compromisso de estar sempre atento às ações e reações de seus alunos.

Avaliar também é um processo sistemático. Não pode acontecer de forma isolada e improvisada. Deve ser planejada, deve acontecer em cada momento da aprendizagem, assim que surgirem as necessidades.

A avaliação escolar constitui-se num processo diagnóstico, contínuo e processual a fim de possibilitar avanços no processo educativo.

Sabe-se que o ato de avaliar deve ser realizado com os alunos, abrindo-se possibilidades de se rever, refazer e redirecionar o trabalho quantas vezes forem necessárias, de forma a garantir o alcance dos objetivos em direção à finalidade que os orienta (assimilação/conhecimento/aprendizagem), uma vez que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação efetiva da construção do conhecimento, a aprendizagem por parte dos alunos.

Avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor, dependerá de mudar o tipo de avaliação, bem como do grau de conscientização do grupo de trabalho, pois as idéias quando assumidas por um coletivo organizado, tornam-se “força material”, novas idéias abrem possibilidades de mudanças, mas não mudam. O que muda na realidade é a prática.

Nessa perspectiva, a avaliação é um componente pedagógico processual que atravessa toda a experiência escolar (planejamento, desenvolvimento e verificação do ensino e da aprendizagem) e todas as dimensões da formação humana, tendo em vista o acompanhamento, a análise e a interpretação cotidiana das ações individuais e coletivas dos educandos, face às suas

características e demandas sócio-culturais e os objetivos didáticos propostos pela unidade escolar.

A avaliação escolar, por conseguinte, deve obedecer aos seguintes critérios:

Avaliação Diagnóstica – aplicada no início de cada ano letivo com o objetivo de traçar o perfil inicial da turma e instrumentalizar o professor para por em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos, para estruturar seu planejamento, definir conteúdos e o nível de profundidade que devem ser abordados;

Auto-avaliação – o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar, contribuir para a construção da autonomia dos alunos;

Contínua/processual – possibilitar o acompanhamento/intervenção no processo e o final que oportuniza identificar avanços alcançados e entraves no processo ensino-aprendizagem.

Conforme deliberado pela Equipe Docente e Administrativa da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin”, deve-se aplicar no mínimo 03 (três) avaliações por etapa, sendo no mínimo 02 (duas) parciais e 01 (uma) globalizante. Pelo menos 01 (uma) das avaliações deve ser individual. Cada avaliação terá o valor de 100% (cem por cento), sendo que os alunos obterão os conceitos a seguir:

A – de 100% a 90% - obteve ótimo desempenho;

B – de 89% a 70% - obteve bom desempenho;

C - de 69% a 60% - obteve desempenho satisfatório;

D – abaixo de 60% - não obteve desempenho satisfatório.

Nesse contexto, as avaliações acima mencionadas, deverão acontecer no decorrer das atividades em aulas extra classes, em duplas/grupos, pesquisas, relatórios/objetivos vencidos e em consonância com os indicadores de

aprendizagem. Será avaliado o processo de formação do aluno, de acordo com os seguintes critérios:

Atitudes e Valores Éticos - O aluno respeita os colegas e os professores, interage nos grupos de trabalhos e nas atividades, fora da sala.

Compromisso/Assiduidade - O aluno demonstra responsabilidade no cumprimento de tarefas e assiste às aulas.

Criatividade/Criticidade - O aluno participa efetivamente do processo da construção do conhecimento, realizando trabalhos individuais ou em grupo com iniciativa e criatividade, capacidade de argumentação, resolução de problemas, organização e conclusão das atividades propostas (jornais, revistas, livros, filmes, documentos, enciclopédias, pessoas da comunidade) e diferentes formas de registros: escrita, gráfico, desenhos, montagens, imagens...).

Participação da Família - O aluno encontra na família o apoio e participação para o desempenho escolar.

Desempenho nas Atividades - O aluno realiza as atividades propostas.

O referencial para o processo de formação será:

S = SIM

N = NÃO

AV = ÀS VEZES

A recuperação é intrínseca ao processo de ensino aprendizagem, sendo proporcionados estudos paralelos na medida em que as dificuldades forem sendo evidenciadas durante as etapas.

Ao final de cada etapa, após apurado o aproveitamento e aprendizagem de cada aluno, a recuperação existirá com a necessidade de retomada de algum conhecimento não internalizado. Deste modo, a recuperação surgirá para recuperar o conhecimento e não nota ou frequência.

A avaliação institucional interna implica em medir, constantemente, a satisfação dos pais do educando com a escola. Isso implica, também, comparar os “objetivos desejados” com os “objetivos alcançados”, utilizando os indicadores da qualidade, definidos no conjunto de estratégias determinados na Proposta Política Pedagógica e concluir sobre o sucesso do trabalho ou necessidade de implementar novas ações corretivas de ajuste.

Algumas atividades avaliativas podem ser desenvolvidas e alguns processos avaliativos podem ser observados, tais como:

Avaliação Diagnóstica - a fim de traçar o perfil cognitivo no qual a turma se encontra para o ponto de partida através do qual será construído o planejamento anual;

Instrumental Investigativo Discente - para que o professor conheça os aspectos sócio-afetivos dos alunos com os quais irá trabalhar isso contribuirá para o planejamento de atividades que realmente sejam do interesse do educando;

Instrumental Indicativo Docente - para traçar o perfil sócio-afetivo e cultural dos professores;

Avaliação de Desempenho dos Servidores - a fim de contribuir para o crescimento profissional, o desenvolvimento de novas habilidades e identificar necessidade de capacitação do servidor.

A avaliação institucional externa trata-se de manter a comunidade escolar informada dos efeitos sobre o rendimento e desenvolvimento dos alunos como consequência da implementação das novas medidas adotadas, de informar a todos os progressos alcançados e as dificuldades a serem superadas. Participa-se das avaliações externas: Prova Brasil, Simave e Pro alfa.

O resultado de tais avaliações é discutido pelos profissionais da escola que, juntos, elaboram projetos específicos para sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos.

9 - CONCLUSÃO

Estamos cientes da importância deste Projeto Político Pedagógico para a dinâmica da escola, sendo oportuno focalizar, especialmente, as atividades relacionadas diretamente ao processo de ensino-aprendizagem. É importante que a escola se comprometa com a aprendizagem dos alunos e suas implicações para a educação. É essencial que se pense na educação como prática social, capaz de contribuir para a transformação da sociedade de que faz parte.

Este trabalho servirá como suporte para que a escola possa analisar sua prática pedagógica a fim de atender às necessidades educativas, procurando soluções para os problemas enfrentados. A proposta do projeto de intervenção é resultado de reuniões e discussões. Todos se empenharam na elaboração desta proposta, que acreditam ser um consolidado dos anseios da comunidade escolar, que auxiliará nas práticas pedagógicas, visando à formação do aluno como um todo, capaz de se inserir numa sociedade em transformação.

Assim é de suma importância, a união e o empenho de toda a comunidade escolar para alcançar os objetivos propostos.

10- REFERÊNCIAS

APAEs. **Projeto político pedagógico**: subsídios orientadores. Coleção Educação e Ação, Brasília: Federação Nacional das APAEs. 2001, v.2.

ARROYO, M.G. **Encontros e estudos diversos**. Realizados por Neuza Tomaz Peres.

AZEVEDO, J.M.L. de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**.

BRASIL. **Avaliação Institucional**: para controlar ou para democratizar? (Gestão da Escola Parte 1). Ministério da Educação. TV Escola - Salto para o Futuro. Videocassete. Disponível em <<http://dominiopublico.com.br>> Acesso em: 14 mar. 2009.

BRASIL. **Avaliação Institucional**: para controlar ou para democratizar? (Gestão da Escola Parte 2). Ministério da Educação. TV Escola - Salto para o Futuro. Videocassete. Disponível em <<http://dominiopublico.com.br>> Acesso em: 15 mar. 2009.

BRASIL. **Avaliação Institucional**: para controlar ou para democratizar? (Gestão da Escola Parte 3). Ministério da Educação. TV Escola - Salto para o Futuro. Videocassete. Disponível em: <<http://dominiopublico.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça, D.O. de 16/07/1990, p. 13563 1990.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Ministério da Educação e do Desporto - MEC, D.O. de 23/12/1996, p. 27833, 1996.

BRASIL. MEC. **Lei do Plano Nacional de Educação**. Lei n. 10.172/01 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. MEC, D.O. de 10/01/2001, p. 1,2001.

CONSED - **Conselho Nacional de Secretários de Educação**. Gestão em rede, nº 71, 72, 74. Curitiba - Paraná, 2006.

CURY, C.R.J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional da escola. Apostila. Inédito.

EMVPF. Escola Municipal "Vereador Paulo Franklim". **Registros de Pessoal**, 2010.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.

NAVARRO, I.P. Avaliação: o processo e o produto. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Caderno 2. Parte VII e VIII. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. Texto adaptado para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

OLIVEIRA, D. A.. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In:
OLIVEIRA, A. A.; ROSAR, M. de F. F. (Orgs.) **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 125-143.

OLIVEIRA, J. F. de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola**.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. **Apostila Escola de Gestores de Educação Básica**, UFMG, 2009. Inédito.

_____. Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. **Apostila Escola de Gestores de Educação Básica**, UFMG, 2009. Inédito.

_____. Gestão financeira descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos. **Apostila Escola de Gestores de Educação Básica**, UFMG, 2009: Inédito.

_____. Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática. **Apostila Escola de Gestores de Educação Básica**, UFMG, 2009. Inédito.

PIAGET, J. **A epistemologia genética** - Sabedoria e ilusões da Filosofia - Problemas de psicologia genética. Trad. Nathanael C. Caixeiro, Zilda A. Daeir, Célia A. Piero. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Equilíbrio das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **O nascimento da inteligência na criança**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOUZA, S.M.; ZÁKIA, L. Avaliação institucional: elementos para discussão. In: **Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira"**, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 04 ago. 1999. Palestra reproduzida parcialmente e adaptada para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

SOUZA, A.R. *et al.* **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**.

_____. Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação. In: **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública e Gestão e Avaliação da Educação Escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005a, p.17-22. 42p. Caderno 4. Texto adaptado para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

_____. Avaliação de sistema: a superação da competição/comparação e a sua utilização para diagnóstico e tomada de decisão. In: **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública e Gestão e Avaliação da Educação Escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005a, p.17-22. 42 p. Caderno 4. Texto adaptado para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

_____. Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição. In: **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública e Gestão e Avaliação da Educação Escolar**.

Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba:

UFPR, 2005b, p.32-38. 42 p. Caderno 4. Texto adaptado para o curso de Especialização em Gestão Escola da UFMG-MG.

UFMG. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/CEALE. Coleção: Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. 2003.

ANEXOS